



Energia

PE tenta acelerar transparência e reforma do mercado elétrico

Ana Batalha Oliveira
12 Setembro 2023



Parlamento Europeu quer passar mais rapidamente à discussão com o Conselho Europeu sobre os diplomas da área da energia: a reforma do mercado elétrico e aquele que se debruça sobre a transparência.

Follow

Follow

Esta segunda-feira, a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, iniciou a sessão parlamentar em Estrasburgo com vários anúncios. Um deles foi que tanto a **reforma do desenho do mercado elétrico da União Europeia, como o regulamento de proteção da União contra a manipulação do mercado grossista da energia (REMIT)**, foram a votos na comissão parlamentar da Indústria, Investigação e Energia (ITRE), onde foi proposto um **“mandato” para ambos**. Este mandato pressupõe que nem um nem outro serão debatidos em plenário, avançando de imediato para as negociações com o Conselho Europeu.

“Se, até à meia noite do dia 12 de setembro não existirem pedidos para que haja votação [em plenário], as negociações [com o Conselho Europeu] podem iniciar-se”, indicou Metsola.

“Pessoalmente, prefiro sempre que os meus relatórios tenham voto em plenário. Dá mais visibilidade, está lá na agenda, tem um debate e há mais transparência. A questão é o tempo. **Estamos muito pressionados porque é um assunto urgente**”, explica a eurodeputada Maria Graça Carvalho, que é relatora-sombra no caso da reforma do mercado elétrico e relatora principal do REMIT, em declarações ao ECO/Capital Verde.

De acordo com a eurodeputada, a necessidade de acelerar coloca-se dado que **“os calendários são muito difíceis”**. No caso da reforma do mercado elétrico, o objetivo do mandato proposto pela ITRE é **concluir as negociações com o Conselho Europeu antes do final do período da presidência espanhola**, que termina em dezembro, para que a versão final que resulta das negociações pudesse entrar em vigor em 2024. Mas este caminho não se adivinha simples.

Um grupo de eurodeputados franceses está insatisfeito com o texto fechado na ITRE a 19 de julho, pois gostariam de acrescentar uma emenda que permitisse um maior financiamento público para instalações nucleares já existentes, em vez de este estar pensado sobretudo para nova capacidade, indica a eurodeputada portuguesa.

Desta forma, pode criar-se uma força opositora que rejeite tanto o mandato que dita que o Parlamento Europeu entre desde já em negociações com o Conselho, como também, mais tarde, pode dificultar as negociações com o entre Parlamento e Conselho Europeu, **pondo em causa um acordo sobre o diploma até ao final do ano**. Aliás, o próprio Conselho está com dificuldade em fechar o texto que levará a discussão com o Parlamento, para depois acordarem a versão final, precisamente devido a este impasse em relação ao financiamento da tecnologia nuclear.

Independentemente de como decorrerem as próximas fases, para já, o diploma está a avançar rapidamente, pelo menos em comparação com o último. “A anterior reforma do mercado elétrico demorou três anos a negociar, e nós vamos acabar esta até dezembro se não atrasar”, avalia Maria Graça Carvalho. A Comissão Europeia deu início a este processo legislativo a 14 de março deste ano.

Carlos Zorrinho, eurodeputado português que acompanhou de perto as negociações deste diploma no Parlamento Europeu, está confiante que, apesar dos entraves, se vai conseguir **“um bom acordo”**, e reforça a importância de se chegar a um compromisso: **“Se queremos fazer transição energética, é preciso que haja investimento”**, o que será facilitado na sequência da publicação deste regulamento. Isto porque o mesmo cria um **“novo modelo de incentivos ao investimento público e privado”**, deixando para trás as rendas garantidas, que Zorrinho já não considera compatíveis com o atual cenário de evolução tecnológica.

A relatora-sombra da reforma também destaca a **“grande aposta nos sinais ao investimento”** que acredita estar vertida no diploma. **“Opus-me sempre a qualquer barreira ao investimento. Por exemplo, as questões de haver limites aos lucros das renováveis”**, exemplifica. Esta alínea acabou por cair na versão final acordada no seio da ITRE.

REMIT previne **“surpresas”** como a importação de LNG russo

O regulamento para a transparência, o REMIT, parece mais consensual do que a reforma do mercado elétrico, e vem prevenir situações como as importações recorde de gás natural liquefeito (LNG) russo, sublinha a eurodeputada portuguesa, referindo-se à situação que foi denunciada, recentemente, pela organização não-governamental *Global Witness*, citando dados da consultora Kpler.

A partir do momento em que este regulamento entre em vigor, o **regulador europeu da energia tem que fazer monitorização e publicar dados sobre os produtos energéticos**, incluindo o LNG. **“Tenho sempre receio do peso da burocracia. Mas com esta notícia do LNG fiquei mais confortável com o meu próprio relatório. É mesmo necessário. O REMIT vai dar aqui uma grande transparência no mercado da energia”**, afirma Maria Graça Carvalho.

Para a eurodeputada foi uma **“surpresa”** que se tenha detetado este recorde de importações. **Na sua opinião, deve até considerar-se agora que o LNG faça parte dos produtos russos alvo de sanções na sequência da invasão à Ucrânia.**

Outra das alterações previstas no texto que o PE propõe no âmbito do REMIT é a atribuição de um **maior poder ao regulador da energia a nível europeu**. Até agora, o regulador europeu não podia multar ou sancionar, apenas os reguladores nacionais, mas o PE quer dar esse poder ao regulador europeu. E acrescenta que deve haver cooperação entre reguladores, nacionais e europeu, mas que o europeu pode atuar independentemente da posição do nacional.

Se não houver grande oposição ao REMIT no restante processo legislativo, um consenso que a relatora principal diz ser expectável, em novembro devem estar concluídas as negociações com o Conselho Europeu, e portanto em 2024 poderá entrar em vigor.

Quanto a este diploma, Carlos Zorrinho avalia-o como “muito importante”, mas deixa o alerta, em relação tanto ao mesmo como à reforma do mercado elétrico: **“Estamos a legislar sobre o mercado único de energia, e ele ainda não existe, enquanto não existirem mais interconexões. Falta a vontade política”**.

<https://eco.sapo.pt/2023/09/12...>[Copiar](#)

Assine o ECO Premium

No momento em que a informação é mais importante do que nunca, apoie o jornalismo independente e rigoroso.

De que forma? Assine o ECO Premium e tenha acesso a notícias exclusivas, à opinião que conta, às reportagens e especiais que mostram o outro lado da história.

Esta assinatura é uma forma de apoiar o ECO e os seus jornalistas. A nossa contrapartida é o jornalismo independente, rigoroso e credível.

[Assine já](#)

[Veja todos os planos](#)